

Diferenciais Salariais por Raça e Gênero para Formados em Escolas Públicas ou Privadas

Beatriz Caroline Ribeiro, Bruno Kawaoka Komatsu,
Naercio Menezes-Filho

Diferenciais Salariais por Raça e Gênero para Formados em Escolas Públicas ou Privadas

Beatriz Caroline Ribeiro

Bruno Kawaoka Komatsu

Naercio Menezes-Filho

Beatriz Caroline Ribeiro
Insper Instituto de Ensino e Pesquisa
Cátedra Ruth Cardoso
Rua Quatá, nº300
04546-042 - São Paulo, SP - Brasil
beatrizcoar@insper.edu.br

Bruno Kawaoka Komatsu
Insper Instituto de Ensino e Pesquisa
Cátedra Ruth Cardoso
Rua Quatá, nº300
04546-042 - São Paulo, SP - Brasil
brunokk@insper.edu.br

Naercio A. Menezes Filho
Insper Instituto de Ensino e Pesquisa
Cátedra Ruth Cardoso
Rua Quatá, nº300
04546-042 - São Paulo, SP - Brasil
naercioamf@insper.edu.br

Copyright Insper. Todos os direitos reservados.
É proibida a reprodução parcial ou integral do conteúdo deste documento por qualquer meio de distribuição, digital ou impresso, sem a expressa autorização do Insper ou de seu autor.
A reprodução para fins didáticos é permitida observando-se a citação completa do documento.

Diferenciais Salariais por Raça e Gênero para Formados em Escolas Públicas ou Privadas

Beatriz Caroline Ribeiro (Cátedra Ruth Cardoso e FEA-USP)

Bruno Kawaoka Komatsu (Cátedra Ruth Cardoso)

Naercio Menezes-Filho (Cátedra Ruth Cardoso e FEA-USP)

Resumo

Esse artigo analisa as diferenças de salário entre diferentes grupos, focando nas diferenças encontradas a depender da dependência administrativa em que foi realizado o dado nível de ensino, do gênero e da raça. Para isso, foram utilizados dados dos suplementos educacionais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua anual, de 2016 a 2018, que possuem informação sobre educação em escolas públicas e privadas. As tabelas, os gráficos e a regressão sugerem que fazer ensino médio em escola privada e ensino superior em escola pública geram adicionais de salário, dos quais os homens brancos são os mais beneficiados e as mulheres pretas e pardas as que ficam com a menor vantagem. Essa diferença pode ser explicada pela histórica discriminação de gênero e de raça que ainda se refletem em diferenças salariais.

Palavras chave: salário, ensino público e privado, ensino médio, ensino superior, gênero, raça.

Abstract

This article analyzes the wage gap between different groups, focusing on differences depending on the type of school in which the given level of education was held, gender and race. For this purpose, data from Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua were used, from 2016 to 2018 which have the education extra questions. Tables, graphs and regression suggest that attending high school in private school and higher education in public school generate additional wages, of which white men are the most benefited and black women are the ones with the least. This difference can be explained by the historical gender and race discrimination that are still reflected in wage differences.

Keywords: wage, public and private education, high school, university, gender, race.

Área ANPEC: 12 – Economia social e demografia econômica

Classificação JEL: I20, I26, J15, J16.

1. Introdução

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é um estudo feito de forma permanente com o objetivo de trazer dados sobre características gerais da população, da educação, do mercado de trabalho, de rendimentos e de habitação do Brasil. A partir de 2012 ela começou a ser realizada trimestralmente e assim concretizou-se como a PNAD Contínua, que substituiu a PNAD realizada até 2015. Essa nova pesquisa conta com uma abrangência maior e com uma metodologia atualizada.

A PNAD sempre traz perguntas padrão que são feitas em todas as edições, contudo o IBGE acrescenta e retira algumas perguntas a depender das necessidades e das questões do país naquele período. A partir de 2016, a divulgação anual da PNAD Contínua passou a conter uma parte suplementar de educação. Nessa nova versão da pesquisa são feitas, dentre outras perguntas, qual tipo de escola, pública ou privada, está sendo ou foi realizado o nível de ensino. Para as pessoas que ainda estudam, se estão no Ensino Superior é possível saber em que tipo de escola realizaram o Ensino Médio e para as que não estudam mais, é possível saber qual tipo de escola cursaram o Ensino Médio e/ou o último nível de ensino que frequentou.

Isso permite, de maneira simplificada, entender como vivem as pessoas que realizaram no passado escolas públicas ou privadas. Assim, é possível verificar a existência de diferenças causadas pelo tipo de escola frequentado.

Existem evidências que suportam que escolas privadas tendem a ter uma maior qualidade educacional que públicas. Bloom et al (2015) comparou o desempenho de estudantes da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos, do Canadá, da Itália, da Suécia, da Alemanha, do Brasil e da Índia em provas nacionais sob diversas óticas sendo uma delas o tipo de escola frequentada pelo aluno. A autora notou que na maior parte dos países ser de escola pública ou privada pouco interferia nas notas dos alunos, contudo no Brasil os estudantes de escolas privadas possuíam um desempenho superior nas provas, o que aponta para uma melhor qualidade de ensino das escolas particulares. Ela fala ainda da importância da administração da escola para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos e mostra como no Brasil a gestão de pessoas nas escolas, que envolve contratação, demissão, pagamento e promoção, fica bastante aquém do observado em outros países, como a Itália que possui nível próximo de gestão de recursos "não humanos".

Para Barros et al (2001) a educação é uma forma de investimento em capital humano e esse investimento só ocorre quando os retornos esperados compensam seus custos. Segundo o autor, os custos com educação podem ser vários e vão desde pagamento de mensalidade para o caso das escolas privadas a custos com deslocamentos e com compra de materiais escolares. Os retornos, por seu turno, também são muitos, sendo o principal deles a renda futura do estudante. Assim sendo, é razoável pensar que a decisão dos pais de direcionar parte do rendimento para a educação privada, ao invés de optar pela pública gratuita, advém da crença que os seus filhos terão uma melhor educação e, dessa forma, um rendimento futuro maior.

Para além disso, Barros et al (2001) levanta a questão da comunidade e do ambiente nos quais o estudante e a escola estão inseridos. O autor analisa principalmente as diferenças entre o Sudeste e o Nordeste e nota que na primeira região existe um retorno esperado por ano a mais de estudo maior o que explica o desempenho escolar maior nesta região do que na segunda. Além disso, o autor nota uma pequena diferença entre as regiões metropolitanas e as demais. Ele observa também as diferenças de desempenho entre diferentes grupos de raça e de gênero e verifica que as mulheres possuem um desempenho mais elevado quando comparado ao de homens, ao passo que brancos têm um superior ao de não brancos.

Tendo em vista tanto o desigual desempenho de escolas públicas e privadas quanto as diferenças de acesso à educação e sua influência sobre a renda futura dos indivíduos, esse estudo surge com o objetivo de entender como o tipo de escola feito influencia os salários recebidos atualmente. A análise foca nos tipos de escola feitos por quem tem ao menos o Ensino Médio e depois para quem tem Ensino Superior, e tenta entender se os diferenciais de salário gerados pelo tipo de escola nesses níveis de ensino são diferentes. Não somente isso, mas também busca compreender o impacto para cada grupo da sociedade, para isso são divididos grupos de cor, de gênero, de idade, de região e de ocupação.

O trabalho conta com 7 partes, contando com essa Introdução. Sendo a próxima uma revisão de literatura acerca da desigualdade, da educação e das diferenças entre grupos da sociedade. A terceira contém informações sobre os dados e métodos utilizados pela pesquisa. A quarta apresenta os resultados encontrados, mostrando relações entre salários e tipo de escolas feito e como isso muda quando o grupo analisado é diferente. A quinta é uma conclusão do trabalho. A sexta mostra as referências bibliográficas citadas ao longo do texto. A sétima, e última, é um apêndice com tabelas

complementares de número de observações e porcentagem de pessoas das tabelas apresentadas.

2. Revisão de Literatura

Existem diversas maneiras de enxergar e de mensurar a pobreza e a desigualdade. Para Sen (2000), elas vêm da privação da possibilidade de escolha para determinados grupos. Para o autor, a pobreza vai além da renda, ela abarca o desprovisionamento de capacitações, como a educação e a saúde, que são ferramentas para a tomada de decisão e que definem assim a liberdade de escolha. Segundo ele, a liberdade política, garantida com a participação efetiva dos cidadãos no âmbito governamental, associada a liberdade de escolha possibilitam o desenvolvimento social de um país, dado que é somente com essas duas características asseguradas que as pessoas possuem o alcance a suas potencialidades e a seus desejos. Nota-se aqui que para Sen (2000) as pessoas só são livres quando possuem mecanismos de capacitação a sua disposição, contudo existem diversos fatores que as privam do acesso a eles.

Para o caso do Brasil, uma primeira barreira vem do âmbito social e das heranças históricas. O passado escravagista e patriarcal do país ainda deixa marcas e elas se refletem em tratamentos diferenciados para determinados grupos. Apesar da evolução com a recente inserção de negros e de mulheres no mercado de trabalho formal, ainda existe discriminação contra esses dois grupos que se expressam em grandes diferenças salariais e com pessimistas perspectivas de equiparação. Segundo OXFAM Brasil (2019), os brancos tinham em 2015 um rendimento médio equivalente ao dobro do dos negros e se for mantida velocidade observada, a equiparação de renda média entre brancos e negros ocorrerá somente em 2089. Esse relatório ainda observa que o rendimento das mulheres é em torno de 60% do dos homens e se mantido o ritmo, a equiparação salarial só ocorrerá em 2047.

Além disso, OXFAM Brasil (2018) revela que a proporção do salário das mulheres com relação ao dos homens sofreu em 2017 a primeira redução em 23 anos, dado que o salário feminino foi de 72% do masculino em 2016, para 70% em 2017. O relatório apresenta um cenário ainda pior para a relação dos rendimentos de brancos e negros, isso porque em 2016 a renda dos negros equivalia de 57% da de brancos e passa a valer 53% em 2017.

Outros estudos reforçam a desigualdade entre esses grupos. Osorio (2019) estudou a evolução da pobreza entre brancos, pardos e pretos, considerando os anos de 2004 e 2014, que foram anos que o Brasil apresentou uma considerável redução da pobreza,

deixando de ser observada a partir de 2015. O autor percebe que a contribuição de pardos e de pretos para a pobreza é bem mais elevada que a de brancos e que há uma evidente persistência da desigualdade racial da pobreza no período. Ele, apesar disso, nota que a desigualdade diminuiu entre esses grupos durante o período analisado, contudo como visto nos resultados apresentados por OXFAM Brasil (2018) e OXFAM Brasil (2019), as tendências dessa diminuição, a partir de 2015, parecem ter se invertido.

Marteleto e Miranda (2004), por outro lado, estudam a evolução de anos de estudo para coortes de idades, dividindo-os por grupos de gênero e raça. Eles percebem que a educação brasileira aumentou para todos os grupos da segunda metade do século XX, notam ainda que a educação para os primeiros coortes de idade mais avançada, as mulheres possuíam menos anos de estudo que homens, contudo para os mais jovens as mulheres passam a ser mais escolarizadas. Para a análise, foi observado que brancos possuem mais anos de estudo que negros e essa desigualdade não demonstrou sinais de queda. É interessante notar, todavia, que o aumento de escolaridade de mulheres foi verificado para os dois grupos de raça, sendo que as mulheres negras passam os homens negros antes de mulheres brancas superarem os homens brancos. Um dos fatores que segundo os autores leva a essa ultrapassagem feminina é pelo diferenciado trade-off de trabalho e de anos de estudos para homens e mulheres.

Uma segunda barreira aparece nesse mesmo contexto da educação. Langoni (1973) verifica que a educação está muito correlacionada com a renda individual. O autor nota que a educação é a variável que possui maior significância dentre as variáveis inclusas no modelo de seu estudo para explicar as diferenças salariais. Ele separa sua análise por setor da economia e inclui as variáveis educação, região, sexo, idade e ocupação. Langoni (1973) observa como os impactos das variáveis não são homogêneos dentro da economia, no setor primário, por exemplo, as variáveis de maior impacto são região, ocupação e idade, ao passo que no setor terciário, as que possuem maior influência são educação, idade e sexo.

Outro ponto levantado pelo autor, é como a educação é uma variável meio e fim, sendo responsável não só pela determinação de boa parte da renda individual como também é pela transmissão do "status" da família. Barros et al (2001) percebe também essa relação da educação dos pais com a dos filhos, verificando inclusive que a educação dos filhos está mais correlacionada com a educação dos pais do que com a renda per capita da família.

Considerando isso, Barros et al (2001) afirma que a pobreza está fortemente determinada pelo nível educacional e que o subinvestimento em educação leva a transmissão intergeracional da pobreza. Segundo o autor, a educação pode ser vista como um investimento em capital humano, influenciado pelos retornos esperados e pelo mercado de crédito disponível, sendo que no Brasil esse mercado é bastante limitado e imperfeito. Os retornos desse investimento, contudo, são pouco palpáveis dado que não existe recompensa em ativos. Desse modo, percebe-se a razão pela qual a educação dos filhos está tão relacionada com a dos pais. Uma família mais educada consegue ver mais claramente os retornos futuros para a renda que a educação pode ter.

Julgando pelos estudos já apresentados, pode-se afirmar que a renda dos indivíduos é afetada por diversos fatores, que agem conjuntamente para a sua determinação. Como apresentado por Marteleto e Miranda (2004), mulheres possuem mais anos de estudo que homens, contudo, como pode ser visto nos relatórios OXFAM Brasil (2018) e OXFAM Brasil (2019), ainda existe uma defasagem salarial bastante relevante da mulher com relação ao homem. Isso aponta para um retorno diferente da educação para o salário a depender de que grupo da sociedade analisado.

Essa hipótese é levada em conta por Maciel, Campêlo e Raposo (2001) que exploram diferentes retornos da educação nos salários para mulheres, dividindo-as por quantis de renda, e utiliza regressões quantílicas para verificar a significância dos impactos. Elas observam que durante o período analisado houve um aumento da participação da mulher na força de trabalho e que o retorno da educação não é o mesmo ao longo da distribuição condicional de renda utilizada no trabalho. Elas verificam a partir das regressões quantílicas que a redução do retorno da educação ocorre somente para os quantis mais baixos da distribuição salarial, sendo que para as mulheres com até o Ensino Fundamental completo há um decréscimo do retorno e para as com Ensino Médio ou Ensino Superior completo o retorno aumenta ao final do período. Observa-se assim como o efeito da educação no salário pode variar a depender dos grupos considerados.

Sergei (2019), de outra forma, analisou o ensino público, os gastos do governo e os seus impactos para os estudantes sob três aspectos, o custo para o Estado, a remuneração futura esperada e a comparação com as escolas privadas. O autor percebe que a educação traz de fato um retorno elevado e que escolas possuem qualidades diferentes. Ele coloca que tanto dentro do âmbito privado quanto do público existem escolas de melhor e de pior qualidade e em ambos existem limitações de acesso. Para as escolas privadas, a dificuldade é financeira, nem todos os pais possuem o rendimento necessário para pagar as mensalidades de boas escolas, e para as públicas, é a

disponibilidade, as melhores estão sujeitas a filas de espera, número de vagas reduzido com relação a procura e podem ser muito distantes das residências dos estudantes, as melhores escolas apresentam, portanto, um acesso bastante restrito.

O autor analisa, para além disso, os impactos distributivos de cada nível de estudo e observa que da Pré-Escola até o Ensino Médio as escolas públicas contribuem para a desconcentração de renda, ao passo que o Ensino Superior público a contribuição é no sentido de concentrá-la. Isso pode ser explicado por diferenças nesses níveis de educação de qualidade de ensino e de acesso. O Ensino Superior público apesar de demonstrar excelência possui uma quantidade limitada de vagas sujeitas a processos seletivos, ao passo que o Ensino Médio público apresenta um acesso mais amplo, mas de qualidade menor que a de escolas privadas. Sendo assim, observa-se que o Ensino Superior possui um retorno elevado, dado que é de boa qualidade, porém é acessado por pouco, levando a um efeito de concentração de renda, enquanto para o Ensino Médio público, o impacto é o contrário.

Outros estudos apresentam resultados no mesmo sentido. Bloom et al (2015) verifica que no Brasil, diferentemente de outros países, o tipo de escola feito no Ensino Médio afeta o desempenho do aluno em provas de abrangência nacional. Como alunos de escola privada apresentam uma vantagem considerável, pode-se afirmar que essas escolas privadas possuem uma maior qualidade de ensino.

Dados e Metodologia

A fim de entender melhor como o tipo de escola, de níveis diferentes de educação, afeta o salário e o diferencial de salário foram feitas as tabelas, as regressões e os gráficos encontrados na próxima sessão. Eles contam com dados sobre nível de educação e salário habitual, além de separá-los, em alguns casos, por tipo de escola e por grupos de gênero, de raça e de faixa etária.

As informações foram obtidas da PNAD Contínua, usando dados de divulgação anual e com a parte suplementar de Educação, para os anos de 2016 a 2018. Os salários habituais foram corrigidos com base no Índice de Preço para o Consumidor Amplo (IPCA) tendo como referência o 3º Trimestre de 2019. Foram consideradas para a análise pessoas com ao menos o Ensino Médio completo de todo o Brasil com idades entre 25 a 59 anos.

3. Resultados

Nessa sessão serão apresentadas tabelas contendo informações dos salários médios e dos diferenciais de salário por nível de educação, sendo eles o Ensino Médio (EM) e o

Ensino Superior (ES), e por tipo de escola. Além disso, são divididos grupos de gênero, de raça, de faixa etária, de profissão e de região. São apresentadas também regressões para verificar os efeitos existentes sobre os salários são significantes.

3.1. Salário por nível de estudo e tipo de escola

As Tabelas 1 e 2 mostram os salários médios respectivamente para pessoas com ao menos o Ensino Médio completo e com Ensino Superior completo, dividindo também para o tipo de escola em que foi realizado aquele nível de ensino. Nota-se que para quem tem o Ensino Médio, fazê-lo em escola privada gera no futuro uma possibilidade muito maior de ganhar salários mais altos, sendo que o salário dos que fizeram o ensino privado 127% maior do que o dos que fizeram o público. Enquanto, para o Ensino Superior, os salários mais altos se concentram naqueles que fizeram Ensino Superior em escolas públicas, que é em torno de 10% mais alto que o de quem fez em escolas particulares.

Tabela 1 - Pessoas com ao menos o Ensino Médio (a R\$ do 3º trim de 2019) - 2016 a 2018

Dependência Administrativa	Salário Médio	Diferencial
Público	2.420,87	127,39%
Privado	5.504,76	

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração própria.

Tabela 2 - Pessoas com Ensino Superior (a R\$ do 3º trim de 2019) - 2016 a 2018

Dependência Administrativa	Salário Médio	Diferencial
Público	5.234,28	10,43%
Privado	4.739,73	

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração própria.

A Tabela 3 apresenta os salários médios para quem tem Ensino Médio e dividido para o que feito depois, se não fez Ensino Superior e se o fez, em que tipo de escola. As Tabelas 4 e 5, por sua vez, apresentam os diferenciais dos salários mostrados na Tabela 3. Nota-se que fazer Ensino Médio privado gera uma renda média ao menos 50% maior do que a de quem fez em escola pública, independentemente do que fez depois. Verifica-se, também, que as maiores diferenças de salários estão entre os que fizeram o Ensino Superior, seja público ou privado, e os que não o fizeram, sendo que os diferenciais ficam em torno 120% para quem fez o Ensino Superior privado e fica acima de 140% para os que fizeram o público. Observa-se que as pessoas que fizeram Ensino Superior público levam uma vantagem salarial se comparadas as que fizeram o privado, sendo que a diferença é maior para os que fizeram Ensino Médio privado. De outro lado, o

acesso a esses níveis de ensino e tipos de escola não é homogêneo (ver apêndice tabela 19), a maior parte das pessoas se concentram entre os sem Ensino Superior e com Ensino Médio público, contudo os maiores salários estão entre os que fizeram Ensino Superior e Ensino Médio privado, isso aponta para uma concentração da renda, dado que poucas pessoas conseguem esses salários mais elevados.

Tabela 3 - Salário médio (a R\$ do 3º trim de 2019) - 2016 a 2018

Níveis de Educação	Não fez Ensino Superior	Ensino Superior Público	Ensino Superior Privado
Ensino Médio Público	1.770,93	4.330,58	3.902,07
Ensino Médio Privado	2.786,27	7.885,55	6.267,53

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração própria.

Tabela 4 - Diferenciais de Salário por Nível de Educação (em porcentagem)

EM Privado/EM Público		
Não fez ES	ES Público	ES Privado
57,33%	82,09%	60,62%

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração própria.

Tabela 5 - Diferenciais de Salário por Nível de Educação (em porcentagem)

Nível de Educação	ES Público/Não Fez ES	ES Público/ES Privado	ES Privado/Não fez ES
Ensino Médio Público	144,54%	10,98%	120,34%
Ensino Médio Privado	183,02%	25,82%	124,94%

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração própria.

3.2. Pessoas que trabalham por nível de estudo

A Tabela 6 apresenta a porcentagem de pessoas que estava efetivamente trabalhando na semana de referência da pesquisa e as Tabelas 7 e 8 apresentam as diferenças em pontos percentuais da porcentagem de pessoas que estava trabalhando. Observa-se que no geral as pessoas que fizeram Ensino Médio público e as pessoas que fizeram Ensino Superior tem um percentual maior de pessoas trabalhando, sendo que a maior diferença se encontra entre os não fizeram e os que fizeram Ensino Superior público para os que fizeram Ensino Médio privado, valendo aproximadamente 15 pontos percentuais.

Tabela 6 - Porcentagem de pessoas que trabalha - 2016 a 2018

Níveis de Educação	Não fez Ensino Superior	Ensino Superior Público	Ensino Superior Privado
Ensino Médio Público	73,37%	84,75%	84,78%
Ensino Médio Privado	72,06%	87,38%	84,15%

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração própria.

Tabela 7 - Diferenças de porcentagem de pessoas que trabalha (em pontos percentuais)

EM Privado/EM Público		
Não fez ES	ES Público	ES Privado
1,31%	-2,63%	0,63%

Tabela 8 - Diferenças de porcentagem de pessoas que trabalha (em pontos percentuais)

Níveis de Educação	ES Público-Não Fez ES	ES Público-ES Privado	ES Privado-Não fez ES
Ensino Médio Público	11,37%	-0,03%	11,41%
Ensino Médio Privado	15,32%	3,22%	12,10%

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração própria.

3.3. Salários por grupos de gênero e raça

As Tabelas 9 e 10 mostram salários divididos por gênero e cor, a depender do tipo de escola que foram realizados o Ensino Médio e o Ensino Superior, respectivamente. As Tabelas 11 e 12 e os gráficos 1 e 2, por sua vez, apresentam os diferenciais desses salários encontrados para tipo de escola e por ocupação. Sendo que, pretos e pardos são, por vezes, tratados conjuntamente como negros.

Tabela 9 - Salário Médio de Pessoas com ao menos o Ensino Médio (a R\$ do 3º trim de 2019) - 2016 a 2018

Dependência Administrativa	Homens Brancos	Mulheres Brancas	Homens Pretos e Pardos	Mulheres Pretas e Pardas
Público	3.380,06	2.310,88	2.294,17	1.643,21
Privado	7.212,36	4.963,59	4.614,94	3.273,85

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração própria.

Tabela 10 - Salário Médio de Pessoas com Ensino Superior (a R\$ do 3º trim de 2019) - 2016 a 2018

Dependência Administrativa	Homens Brancos	Mulheres Brancas	Homens Pretos e Pardos	Mulheres Pretas e Pardas
Público	7.891,78	4.739,64	4.750,58	3.047,01
Privado	6.626,84	4.128,25	4.476,63	2.902,55

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração própria.

Nota-se inicialmente, nas Tabelas 9 e 10, que os salários mais altos estão concentrados entre quem fez Ensino Médio privado e entre quem fez Ensino Superior público. Observa-se também que a média dos salários de homens brancos é sempre a mais alta e de mulheres pretas e pardas, sempre a mais baixa. Isso se reflete nos diferenciais apresentados nas tabelas abaixo. Em um mesmo grupo, o salário de quem fez Ensino Médio privado é em torno de 100% maior do que o de quem fez o público.

Verifica-se, além disso, que entre grupos os maiores diferenciais estão entre os homens brancos e outros grupos, em especial mulheres negras. O diferencial de salário é menor entre homens negros e mulheres brancas, chega por vezes próximo a zero, o que indica que a média dos salários para esses dois grupos é bem próxima. A relação desses dois grupos com homens brancos também é bastante similar, sendo que o salário dos homens brancos é em torno de 50% maior que o desses grupos. A relação de salários que mais se destaca é a entre o de homens brancos e o de mulheres negras. A média dos salários dos homens é sempre, ao menos, 100% maior que a de mulheres negras e chega a quase 160% para quem tem Ensino Superior público, como mostra a Tabela 12.

Tabela 11 - Diferenciais de salário por Gênero e Cor (em porcentagem)

EM Privado/EM Público			
Homens Brancos	Mulheres Brancas	Homens Pretos e Pardos	Mulheres Pretas e Pardas
113,38%	114,79%	101,16%	99,24%
ES Público/ES Privado			
Homens Brancos	Mulheres Brancas	Homens Pretos e Pardos	Mulheres Pretas e Pardas
19,09%	14,81%	6,12%	4,98%

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração Própria.

Os gráficos 1 e 2 acrescentam os diferenciais de salário por gênero e raça para cada profissão a depender se o Ensino Superior foi realizado em escola privada ou pública. Verifica-se que os salários médios de homens brancos são mais altos em todas as profissões, independentemente do tipo de instituição na qual realizou o Ensino Superior. Observa-se que as maiores disparidades dos homens brancos com relação aos outros grupos estão entre os médicos. Nota-se também que os salários das mulheres negras são mais baixos também em todas as profissões e ficam mais próximos dos outros grupos na ocupação de professores. Os homens negros e as mulheres brancas estão

sempre em valores de salário intermediários, sendo que os homens negros possuem uma considerável vantagem em relação a mulheres brancas na maior parte das ocupações. Entre esses dois grupos, vê-se que a maior diferença está entre os médicos, para ES público, e na área de engenharia, para ES privado, com os salários mais altos referentes aos dos homens negros.

Tabela 12 - Diferencias de salário por Gênero e Cor (em porcentagem)

Para quem tem ao menos o Ensino Médio					
Ensino Médio	Homens Brancos/ Mulheres Brancas	Homens Brancos/ Homens Negros	Homens Brancos/ Mulheres Negras	Mulheres Brancas/ Homens Negros	Mulheres Brancas/ Mulheres Negras
Público	46,27%	47,33%	105,70%	0,73%	40,63%
Privado	45,31%	56,28%	120,30%	7,55%	51,61%
Para quem tem Ensino Superior					
Ensino Superior	Homens Brancos/ Mulheres Brancas	Homens Brancos/ Homens Negros	Homens Brancos/ Mulheres Negras	Mulheres Brancas/ Homens Negros	Mulheres Brancas/ Mulheres Negras
Público	66,51%	66,12%	159,00%	-0,23%	55,55%
Privado	60,52%	48,03%	128,31%	-7,78%	42,23%

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração própria.

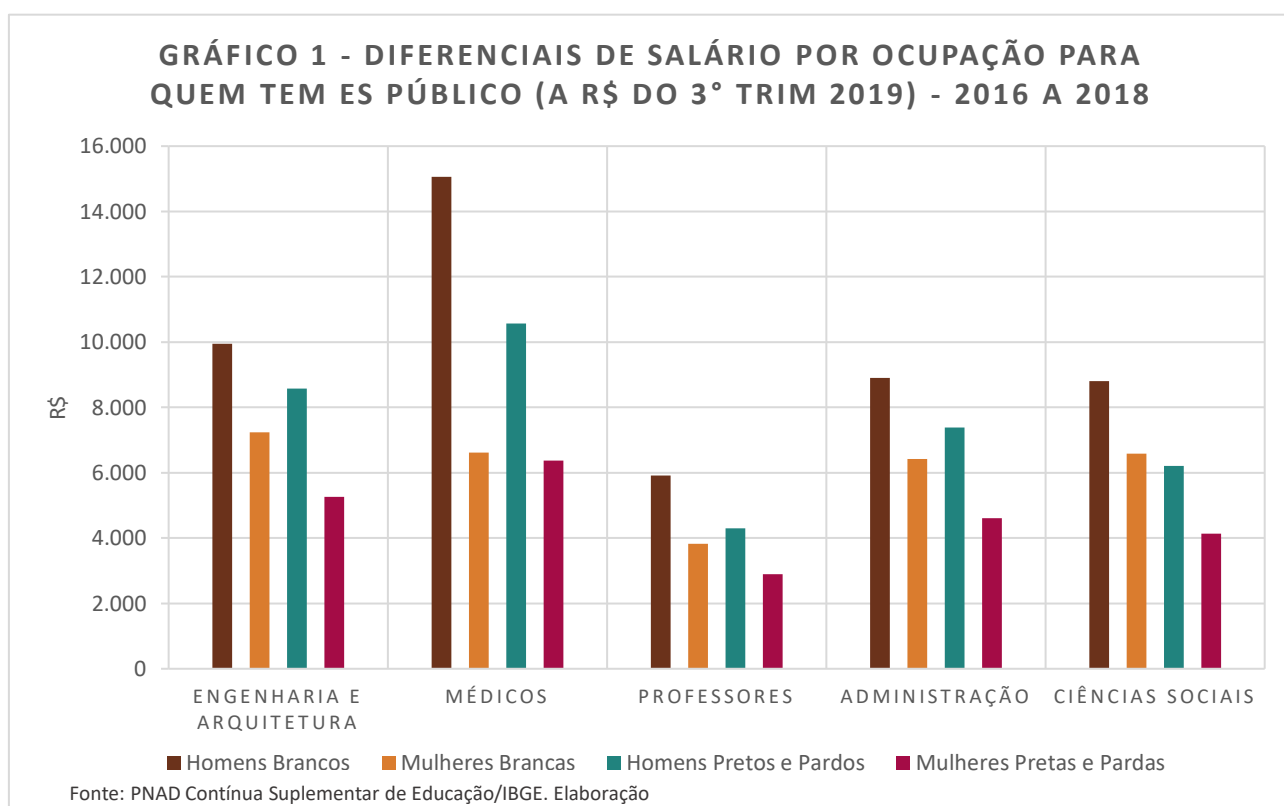
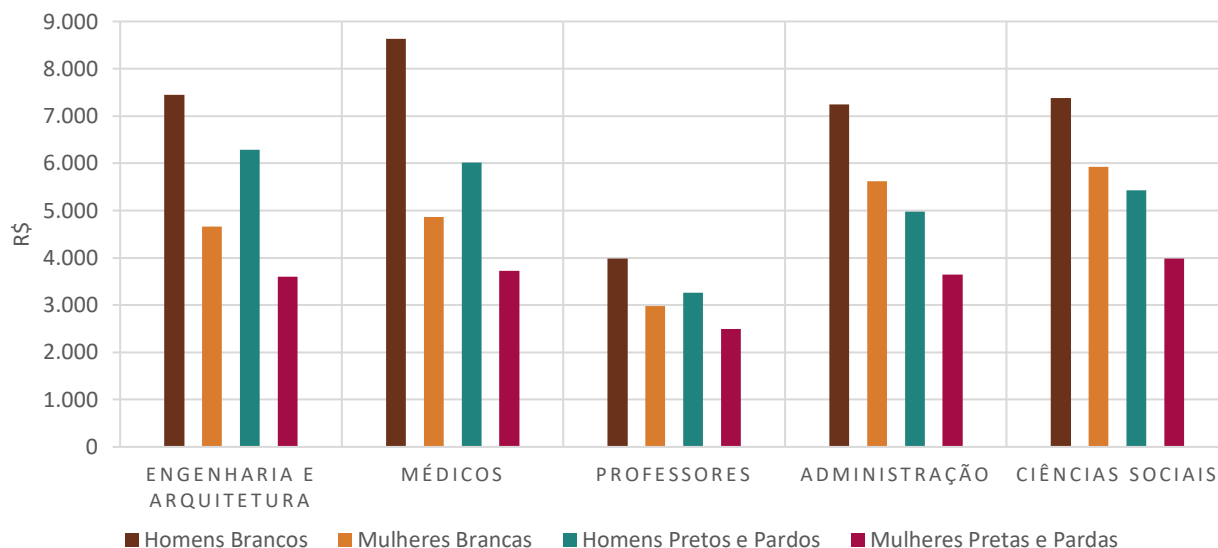


GRÁFICO 2 - DIFERENCIAIS DE SALÁRIO POR OCUPAÇÃO PARA QUEM TEM ES PRIVADO (A R\$ DO 3º TRIM 2019) - 2016 A 2018



Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração Própria.

3.4. Salários por grupos etários

A tabela 13 apresenta os diferenciais de salários médios divididos por grupos etários. Nota-se novamente que os salários mais altos se concentram entre os que fizeram Ensino Médio em escola privada e entre quem fez Ensino Superior público, o que é refletido no sinal positivo de ambas as relações, para o Ensino Médio, o privado é colocado no numerador, ao passo que para o Superior, o privado é colocado no denominador. Observa-se que os maiores diferenciais estão entre os que fizeram ao menos o Ensino Médio, sendo a média de salários de quem fez em escola privada é ao menos 115% da de quem fez em escola pública, e que para quem tem Ensino Superior os diferenciais tendem a diminuir à medida que a idade aumenta.

Tabela 13 - Diferenciais de Salário por Faixa Etária (em porcentagem)

EM Privado/EM Público		
25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos
118,26%	142,53%	117,05%
ES Público/ES Privado		
25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos
11,10%	6,06%	5,34%

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração própria.

3.5. Salários por região, ocupação e unidade federativa

As Tabelas 14 e 15 mostram os diferenciais de salário por tipo de região em que o domicílio se encontra para quem tem o Ensino Superior. Nota-se que apenas na região rural o Ensino Superior privado é mais bem remunerado, sendo 24% maior que o público. Verifica-se que regiões urbanas e metropolitanas possuem maiores salários que regiões rurais, com uma maior disparidade quando se trata de quem fez Ensino Superior público que chega a ser 176% maior nas regiões metropolitanas. Por outro lado, regiões metropolitanas e urbanas são bastante próximas, contudo, a metropolitana ainda leva vantagem e possui salários em torno de 17% maiores.

Tabela 14 - Diferenciais de Salário por Situação do Domicílio para quem tem ES (em porcentagem)

ES Público/ES Privado		
Regiões Metrop	Regiões Urbanas	Regiões Rurais
14,94%	12,40%	-24,12%

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração própria.

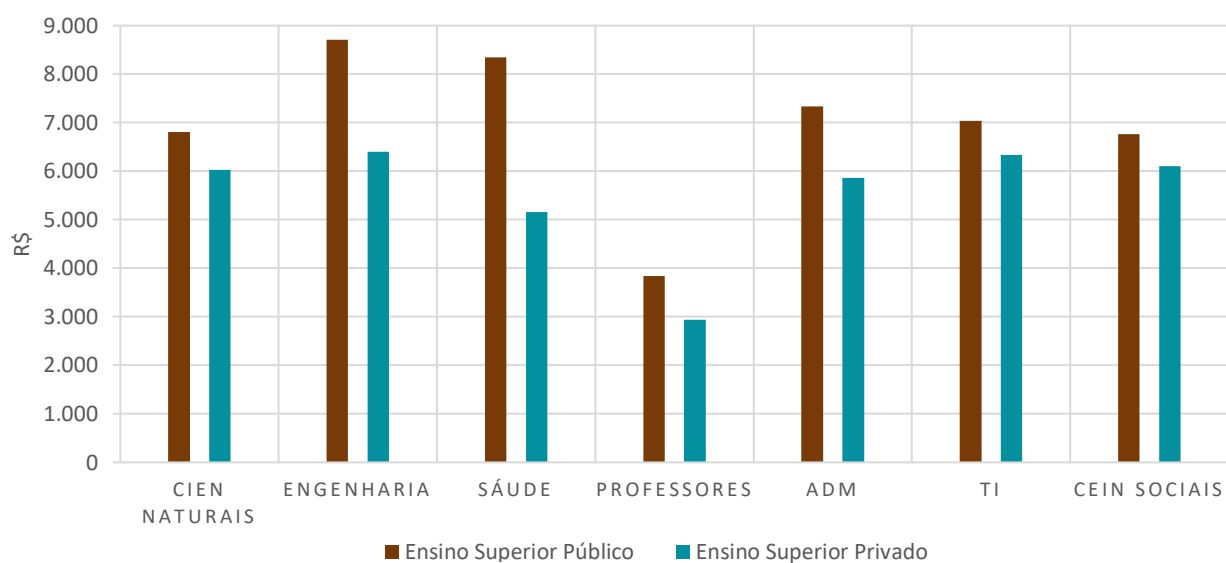
Tabela 15 - Diferenciais de Salário por Situação do Domicílio para quem tem ES (em porcentagem)

Dependência Administrativa	Metrop/Urbanas	Metrop/Rurais	Urbanas/Rurais
Ensino Superior Público	18,96%	176,34%	132,29%
Ensino Superior Privado	16,33%	82,44%	56,83%

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração própria.

O Gráfico 3 apresenta os salários para quem tem Ensino Superior por Ocupação, a depender do tipo de escola em que foi realizado esse nível de ensino. As áreas analisadas são de Ciências da Natureza, de Engenharia e Arquitetura, de Saúde, de Administração, de Tecnologia da Informação e de Ciências Sociais. Nota-se que os Professores são os que possuem os menores salários e, que dentro de uma mesma ocupação, Engenharia e Saúde são os que possuem uma maior diferença entre salários os tipos de escola. Verifica-se também que em todos os casos, quem advém de escola pública possui uma remuneração mais elevada.

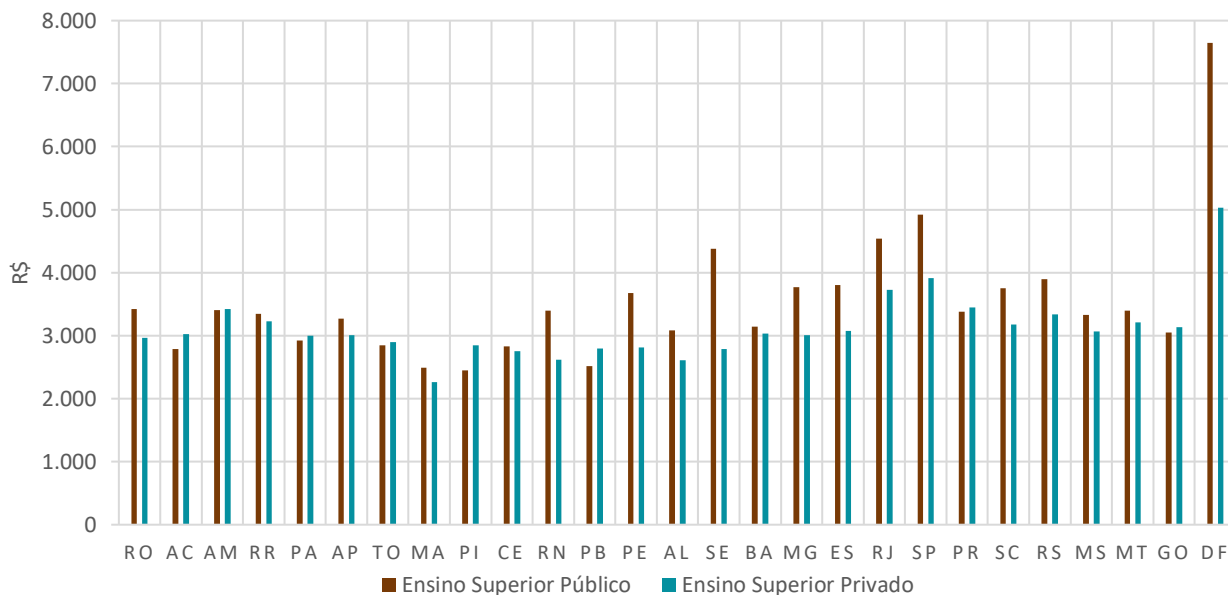
GRÁFICO 3 - SALÁRIO DE PESSOAS COM ENSINO SUPERIOR POR OCUPAÇÃO (A \$ DO 3º TRIM DE 2019) - 2016 A 2018



Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração Própria.

O gráfico 4 mostra a divisão de salários a depender de onde foi realizado o Ensino Superior por Unidade Federativa. Nota-se que os maiores salários, em particular de quem fez o Ensino Superior em escola pública, estão no Distrito Federal, em São Paulo e no Rio de Janeiro, enquanto, os menores estão no Acre, em Tocantins, no Maranhão, no Piauí, no Ceará e na Paraíba. Verifica-se assim que os menores salários estão concentrados nas regiões Norte e Nordeste e os maiores na região Sudeste. Uma exceção é o Distrito Federal que destoa de todas as outras unidades federativas e possui salários médios extremamente elevados. Observa-se que em grande parte das Unidades Federativas quem fez o Ensino Superior público possui uma vantagem salarial.

**GRÁFICO 4 - SALÁRIO DE PESSOAS COM ENSINO SUPERIOR
POR UF (A \$ DO 3º TRIM DE 2019) - 2016 A 2018**



Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração Própria.

3.6. Regressões para salários

A fim de captar a significância dos efeitos de ter feito algum nível de ensino em escola pública e de ser dos dados grupos de gênero e raça sobre o salário médio foi feita a regressão linear mostrada na Tabela 16. A regressão utiliza o logaritmo dos salários de variável dependente e foram usadas de variáveis independentes dummies de Região Metropolitana, de Ano em que foi realizada a pesquisa e de Unidade Federativa. Também foram usadas de controles as variáveis idade e idade ao quadrado. Na regressão (1) são usadas interações de entre as variáveis dummies de ter feito Ensino Médio (EM) e, posteriormente, Ensino Superior (ES) em escola pública ou privada e as variáveis de gênero e de raça, sendo o salário de referência (variável omitida) o das mulheres não brancas que fizeram EM público e ES privado.

Vê-se que o R-quadrado da regressão é relativamente baixo, isto é, os valores apresentados pela regressão explicam apenas uma parte das diferenças salariais observadas. Isso vai de encontro com estudos que tentam compreender a dinâmica de salários, como são muitos os fatores de influência, alguns inclusive não observáveis, é difícil explicar a totalidade dessas relações. Nota-se que estar em uma Região Metropolitana aumenta o salário médio em torno de 20% e que o salário aumenta com a idade, contudo somente até uma faixa etária, o que é refletido pelo coeficiente negativo de idade ao quadrado.

Tabela 16 - Regressões feitas para o Logaritmo dos Salários de 2016 a 2018

Varável Dependente: Logaritmo dos Salários			
Variáveis Independentes	(1) log Salário	Variáveis Independentes	(1) log Salário
EMPr ESPr Br H	0.907*** (0.0175)	EMPu ESPr NBr M	Omitida
EMPr ESPr Br M	0.569*** (0.0161)	EMPu ESPu Br H	0.672*** (0.0189)
EMPr ESPr NBr H	0.685*** (0.0207)	EMPu ESPu Br M	0.281*** (0.0172)
EMPr ESPr NBr M	0.346*** (0.0199)	EMPu ESPu NBr H	0.456*** (0.0203)
EMPr ESPu Br H	1.146*** (0.0286)	EMPu ESPu NBr M	0.107*** (0.0153)
EMPr ESPu Br M	0.803*** (0.0231)	Idade	0.0938*** (0.00338)
EMPr ESPu NBr H	0.997*** (0.0375)	Idade ao Quadrado	-0.000903*** (4.14e-05)
EMPr ESPu NBr M	0.609*** (0.0322)	Região Metropolitana	0.231*** (0.00765)
EMPu ESPr Br H	0.540*** (0.0144)	Ano da Pesquisa = 1	Sim
EMPu ESPr Br M	0.175*** (0.0130)	Unidade Federativa = 1	Sim
EMPu ESPr NBr H	0.329*** (0.0153)	Constante	5.390*** (0.0666)
		Observações	98,342
		R-quadrado	0.249

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação de 2016 a 2018/IBGE. Elaboração própria. Regressões feitas a partir de amostra composta de pessoas entre 25 e 59 anos ao menos o Ensino Médio completo. Na regressão são consideradas relações entre o tipo de escola, Pública (Pu) ou Privada (Pr), feito no Ensino Médio (EM) e no Ensino Superior (ES), a cor, Branca (Br) ou Não Branca (NBr), e gênero, Mulher (M) ou Homem (H). São usadas as variáveis de controle de idade, idade ao quadrado, se é de região metropolitana, ano da pesquisa e unidade federativa. Os erros-padrão robustos estão entre parênteses e *, ** e *** indicam que os coeficientes são significantes a um nível de 10%, 5% e 1%, respectivamente.

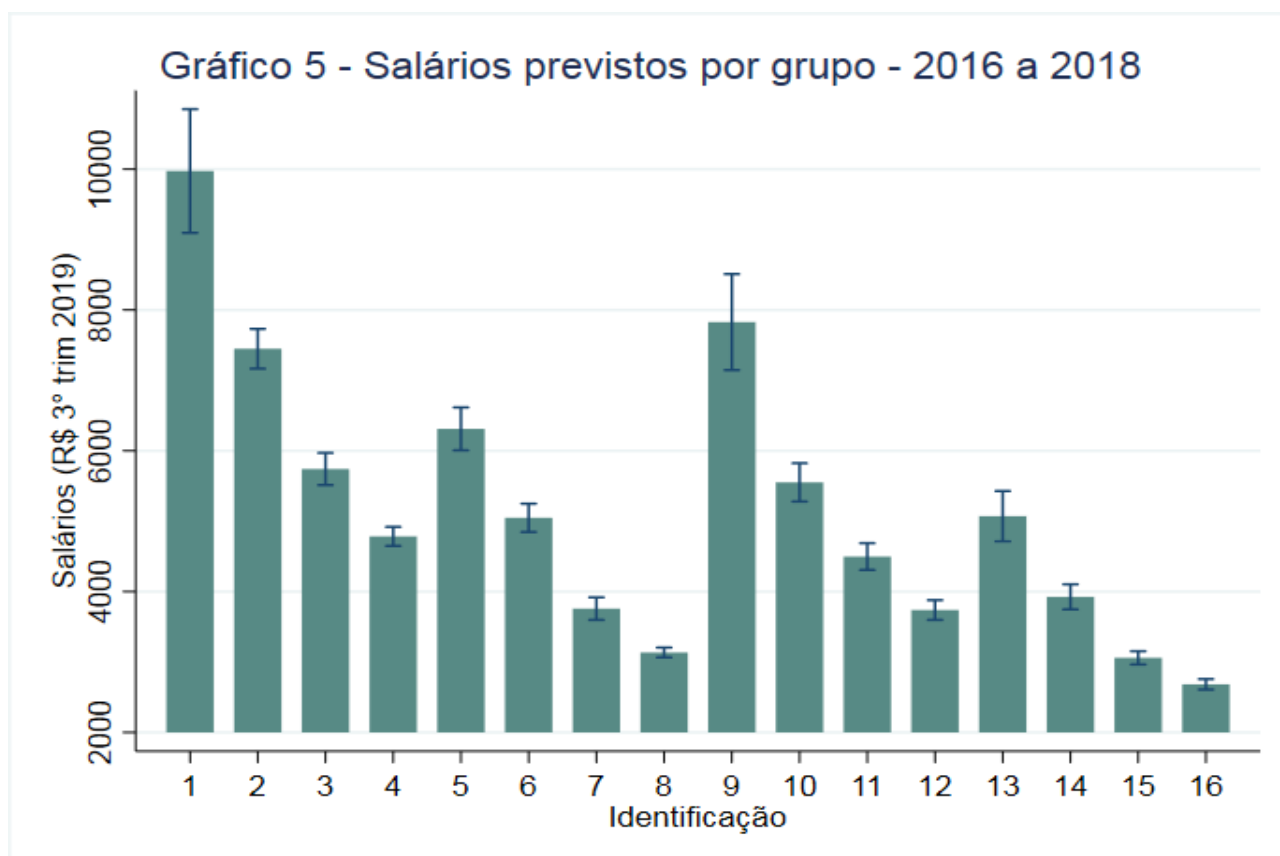
Na tabela, observa-se que salários mais altos são de homens brancos com EM privado e ES público, equivalendo a 114% a mais dos salários das mulheres não brancas com EM público e ES privado. Desse grupo, seguem os homens não brancos e as mulheres brancas com ES privado e EM público, equivalendo a respectivamente 99% e a 80% a mais que o salário médio do grupo de referência, enquanto as mulheres negras que fizeram essas mesmas escolas recebem 60% a mais. Além disso, observa-se que os homens brancos que estudaram em escola privada tanto no EM quanto no ES em escola privada ganham, em média, 90% a mais que mulheres não brancas que fizeram EM

público e ES privado. Ainda entre os que fizeram EM e ES privado, nota-se que homens não brancos, mulheres brancas e as mulheres não brancas recebem, respectivamente, 68%, 56% e 34% a mais que o grupo de referência.

Segue-se desses grupos, os homens brancos que fizeram EM e ES públicos que possuem salários médios 67% maiores que do grupo de referência, enquanto os homens não brancos, as mulheres brancas e as mulheres que fizeram o EM e o ES públicos recebem, respectivamente, 45%, 28% e 10% a mais. Por último, têm-se os homens brancos que fizeram EM público e ES privado e que possuem um salário, na média, 54% maior que o grupo de referência. Ao passo que os homens não brancos e as mulheres brancas que fizeram também o EM público e o ES privada recebem, respectivamente, 32% e 17% a mais.

Tendo isso em vista, observa-se que dentro de um mesmo grupo de raça e cor os maiores salários estão entre os que fizeram EM privado e ES público, sendo seguidos pelos que fizeram EM privado e ES privado, depois pelos que realizaram EM público e ES público e, por último, os que estudaram no EM em escola pública e no ES em privada. Por outro lado, percebe-se que o benefício de ter estudado em cada nível de ensino é diferente entre os grupos de gênero e de raça. Sendo que, em todos os casos, os homens brancos possuem os maiores benefícios, seguidos pelos homens não brancos, depois pelas mulheres brancas e, por fim, as mulheres não brancas são as que possuem menores acréscimos de salário.

Esse mesmo quadro pode ser observado no gráfico 5. Nele encontram-se os valores previstos de salário para cada grupo, dividindo por tipo de escola em que foram realizados o Ensino Médio e o Superior. Nota-se que é esperado que os homens brancos concentrem os maiores salários, enquanto as mulheres não brancas, os menores, e espera-se que os que possuem EM privado tenham uma vantagem salarial quando comparados aos que possuem EM público, ao passo que é esperado que os que fizeram ES público tenham um bônus com relação aos que fizeram o privado.



Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração Própria.

Legenda (Identificação):

1 - Homem Branco EMPriv ESPub	9 - Homem Não Branco EMPriv ESPub
2 - Homem Branco EMPriv ESPriv	10 - Homem Não Branco EMPriv ESPriv
3 - Homem Branco EMPub ESPub	11 - Homem Não Branco EMPub ESPub
4 - Homem Branco EMPub ESPriv	12 - Homem Não Branco EMPub ESPriv
5 - Mulher Branca EMPriv ESPub	13 - Mulher Não Branca EMPriv ESPub
6 - Mulher Branca EMPriv ESPriv	14 - Mulher Não Branca EMPriv ESPriv
7 - Mulher Branca EMPub ESPub	15 - Mulher Não Branca EMPub ESPub
8 - Mulher Branca EMPub ESPriv	16 - Mulher Não Branca EMPub ESPriv

4. Conclusão

Esse estudo teve o objetivo de entender como os salários se comportavam para pessoas que estudaram em diferentes tipos de escolas, focando nos níveis de ensino Médio e Superior e tentando entender se os retornos da educação para esses níveis de ensino eram de fato diferentes. Além disso, buscou analisar as possíveis diferenças para grupos da sociedade, principalmente de gênero, de raça e de idade, mas acrescentando também diferenças regionais e de ocupação.

As tabelas iniciais mostraram que quem fez Ensino Médio privado possui uma vantagem salarial com relação aos que fizeram o público. Isso pode ser explicado pela

diferença na qualidade de ensino para os tipos de escola, como apresentam estudos, tal qual o Bloom *et al* (2015), estudantes de escolas privadas tendem a ter melhor desempenho, o que pode levar a melhores oportunidades de emprego também, contudo o acesso a essas escolas particulares ainda se restringe a uma parcela reduzida da população (ver apêndice tabela 17), de outro modo, observou-se que quem fez o Ensino Superior público possui uma vantagem salarial tanto com relação aos que não fizeram Ensino Superior quanto aos que fizeram o privado, o que pode estar associado a uma qualidade de ensino mais alta, mas com um acesso muito restrito (ver apêndice tabela 19), o que pode ser visto em Sergei (2019), que aponta o Ensino Superior público como concentrador de renda. Notou-se, por outro lado, que as maiores diferenças estão entre os que não fizeram e os que fizeram Ensino Superior, independentemente ao tipo de escola. Isso pode novamente ser explicado pela restrição do acesso a esse nível de ensino (ver apêndice tabela 19).

O estudo ademais verificou que há grandes disparidades de gênero e raça nos salários. Os rendimentos médios de homens brancos, além de estar acima dos outros grupos em todos os espectros analisados, chegam a ser o dobro dos de mulheres negras. Não somente isso, mas também ser mulher ou não ser branco associado a ter feito escola pública no Ensino Médio gera uma queda intensificada nos salários médios, ao passo que ser desses grupos e ter feito Ensino Superior público há uma queda no bônus salarial gerado por esse nível de ensino. Percebe-se que assim como mostrado em OXFAM Brasil (2018) e OXFAM Brasil (2019) há uma desvantagem de renda para mulheres e para negros. Para além disso, notou-se relevantes desigualdades entre gênero e raça mesmo dentro de uma mesma ocupação, com homens brancos sempre recebendo os maiores salários e mulheres negras, os menores.

Esses resultados mostram como é possível fazer diversas relações para a determinação dos salários. Em um país que o retorno da educação ainda se mantém bastante elevado é interessante perceber como o acesso a escolas melhores ou piores influenciam na renda futura. Como já foi citado, escolas privadas do Ensino Médio geram muito retorno maior no futuro e isso explica por que pais ainda decidem investir nesse tipo de educação, contudo o acesso a esse tipo de ensino ainda é bastante restrito (ver apêndice tabela 17). Essas conclusões, contudo, só foram possíveis com o acréscimo das questões de tipo de escola na PNAD Contínua. Essas alterações permitiram relacionar renda futura e tipo de escola realizado de forma bastante simplificada, trazendo conclusões relevantes sobre o contexto do Brasil.

5. Referências Bibliográficas

- BARROS, R. P. et al. Determinantes do desempenho educacional no Brasil. *Pesquisa de Planejamento Econômico*, v. 31, n. 1, p. 1-42, 2001.
- BLOOM, N. et al. Does management matter in schools? *The Economic Journal*, v. 125, n. 584, p. 647-674, 2015.
- LANGONI, C. Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil: uma reafirmação. *Ensaio Econômicos*, Rio de Janeiro, n. 7, 1973.
- MACIEL, A. K.; CAMPÊLO, A. K.; RAPOSO, M. C. F. *A dinâmica das mudanças na distribuição salarial e no retorno em educação para mulheres: uma aplicação de regressão quantílica*. In: Encontro Nacional de Economia, ANPEC, 21, Salvador, 2001.
- MARTELETO, L. J. e MIRANDA, V. F. O. de. *Diferenças educacionais entre coortes de adultos no século XX: o papel do sexo e da raça*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, em Caxambu MG – Brasil, de 20-24 de setembro de 2004.
- SOARES, S. *O valor de mercado da educação pública*. Texto para Discussão, n. 2532. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- OSORIO, R. G. *A desigualdade racial da pobreza no Brasil*. Texto para Discussão, n. 2487. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.
- OXFAM BRASIL 2019. *A distância que nos une*. Disponível em: <https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>. Acesso em 31 de janeiro de 2020.
- OXFAM BRASIL 2018. *País Estagnado*. Disponível em: <https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado/>. Acesso em 31 de janeiro de 2020.

6. Apêndice

Esse apêndice contém tabelas com número de observações e a porcentagem que representa cada grupo apresentado nas tabelas ao longo do trabalho.

Tabela 17 - Pessoas com ao menos o Ensino Médio - 2016 a 2018

Dependência Administrativa	% de Pessoas	Número de Observações
Público	84,63%	310.094
Privado	15,37%	56.301

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração própria.

Tabela 18 - Pessoas com Ensino Superior - 2016 a 2018

Dependência Administrativa	% de Pessoas	Número de Observações
Público	27,83%	28.363
Privado	72,17%	73.534

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração própria.

Tabela 19 - Porcentagem de Pessoas - 2016 a 2018

Níveis de Educação	Não fez Ensino Superior	Número de Observações	Ensino Superior Público	Número de Observações	Ensino Superior Privado	Número de Observações
Ensino Médio Público	94,83%	209.534	70,88%	17.800	64,19%	44.510
Ensino Médio Privado	5,17%	11.418	29,12%	7.311	35,81%	24.827

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração própria.

Tabela 20 - Porcentagem de Pessoas com ao menos Ensino Médio por ocupação - 2016 a 2018

Ocupação	Ensino Médio Público	Número de Observações	Ensino Médio Privado	Número de Observações
Ciências da Natureza	1,23%	434	1,69%	304
Engenharia e Arquitetura	4,97%	1.750	10,03%	1.806
Saúde	12,21%	4.301	25,03%	4.506
Professores	51,45%	18.128	21,63%	3.894
Administração	13,76%	4.849	14,02%	2.524
Tecnologia da Informação	3,57%	1.257	4,79%	862
Ciências Sociais	12,82%	4.516	22,82%	4.109

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração própria.

Tabela 21 - Porcentagem Pessoas com Ensino Superior por ocupação - 2016 a 2018

Ocupação	Ensino Superior Público	Número de Observações	Ensino Superior Privado	Número de Observações
Ciências da Natureza	2,77%	356	1,03%	294
Engenharia e Arquitetura	7,27%	934	7,57%	2.169
Saúde	19,79%	2.541	18,41%	5.271
Professores	48,00%	6.163	32,54%	9.318
Administração	8,40%	1.078	16,72%	4.789
Tecnologia da Informação	2,62%	337	4,57%	1.310
Ciências Sociais	11,15%	1.432	19,15%	5.483

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração própria.

Tabela 22 - Porcentagem de Pessoas com Ensino Superior - 2016 a 2018

Dependência Administrativa	Regiões Metropolitanas	Número de Observações	Regiões Urbanas	Número de Observações	Regiões Rurais	Número de Observações
Ensino Superior Público	26,41%	13.198	27,23%	26.762	44,40%	1.601
Ensino Superior Privado	73,59%	36.770	72,77%	71.530	55,60%	2.005

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração própria.

Tabela 23 - Porcentagem de Pessoas com ao menos o Ensino Médio por Gênero e Cor - 2016 a 2018

Dependência Administrativa	Homens Brancos	Número de Observações	Mulheres Brancas	Número de Observações	Homens Negros	Número de Observações	Mulheres Negras	Número de Observações
Público	78,69%	59.748	79,54%	77.132	90,54%	74.982	91,27%	97.733
Privado	21,31%	16.181	20,46%	19.841	9,46%	7.836	8,73%	9.344

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração própria.

Tabela 24 - Porcentagem de Pessoas com Ensino Superior por Gênero e Cor - 2016 a 2018

Dependência Administrativa	Homens Brancos	Número de Observações	Mulheres Brancas	Número de Observações	Homens Negros	Número de Observações	Mulheres Negras	Número de Observações
Público	24,94%	5.978	24,16%	8.792	35,40%	5.339	33,73%	8.493
Privado	75,06%	17.990	75,84%	27.607	64,60%	9.743	66,27%	16.685

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração própria.

Tabela 25 - Porcentagem Pessoas com Ensino Superior Público por ocupação - 2016 a 2018

Ocupação	Homens Brancos	Número de Observações	Mulheres Brancas	Número de Observações	Homens Negros	Número de Observações	Mulheres Negras	Número de Observações
Engenharia	17,75%	495	5,39%	234	10,34%	207	1,93%	76
Médicos	21,36%	596	19,71%	856	11,38%	227	8,32%	328
Professores	31,00%	864	53,80%	2.335	52,96%	1.059	76,46%	3.019
Administração	14,36%	400	7,41%	322	12,36%	247	5,18%	204
Ciências Sociais	15,52%	433	13,69%	594	12,96%	259	8,11%	320

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração própria.

Tabela 26 - Porcentagem Pessoas com Ensino Superior Privado por ocupação - 2016 a 2018

Ocupação	Homens Brancos	Número de Observações	Mulheres Brancas	Número de Observações	Homens Negros	Número de Observações	Mulheres Negras	Número de Observações
Engenharia	18,59%	1.053	4,39%	428	12,25%	323	2,47%	142
Médicos	13,94%	789	18,04%	1.759	9,26%	244	9,44%	544
Professores	14,15%	801	41,08%	4.006	25,84%	682	61,41%	3.537
Administração	26,79%	1.516	15,15%	1.477	27,39%	723	12,54%	722
Ciências Sociais	26,53%	1.502	21,34%	2.081	25,26%	667	14,15%	815

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração própria.

Tabela 27 - Porcentagem de Pessoas com ao menos o Ensino Médio por Faixa Etária - 2016 a 2018

Dependência Administrativa	25 a 34 anos	Número de Observações	35 a 44 anos	Número de Observações	45 a 59 anos	Número de Observações
Público	84,96%	124.167	85,00%	98.581	83,80%	87.374
Privado	15,04%	21.988	15,00%	17.392	16,20%	16.893

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração própria.

Tabela 28 - Porcentagem de Pessoas com Ensino Superior por Faixa Etária - 2016 a 2018

Dependência Administrativa	25 a 34 anos	Número de Observações	35 a 44 anos	Número de Observações	45 a 59 anos	Número de Observações
Público	24,76%	8.278	25,65%	8.599	32,94%	11.508
Privado	75,24%	25.159	74,35%	24.922	67,06%	23.431

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração própria.

Tabela 29 - Porcentagem de Pessoas com ao menos Ensino Médio por UF - 2016 a 2018

Unidade Federativa	Ensino Médio Público	Número de Observações	Ensino Médio Privado	Número de Observações
Rondônia	0,74%	2.295	0,24%	134
Acre	0,34%	1.053	0,09%	50
Amazonas	1,98%	6.099	0,81%	454
Roraima	0,29%	888	0,09%	52
Pará	3,25%	10.037	1,97%	1.108
Amapá	0,45%	1.404	0,12%	65
Tocantins	0,74%	2.283	0,31%	172
Maranhão	2,42%	7.485	1,36%	766
Piauí	1,10%	3.386	1,19%	668
Ceará	3,27%	10.105	4,04%	2.269
Rio Grande do Norte	1,48%	4.571	1,28%	720
Paraíba	1,41%	4.347	1,58%	890
Pernambuco	3,84%	11.848	4,80%	2.694
Alagoas	0,98%	3.022	1,32%	739
Sergipe	0,83%	2.554	1,02%	572
Bahia	6,15%	18.991	4,40%	2.471
Minas Gerais	9,78%	30.189	7,91%	4.441
Espírito Santo	1,97%	6.080	1,89%	1.062
Rio de Janeiro	8,51%	26.257	16,45%	9.238
São Paulo	27,94%	86.250	28,41%	15.950
Paraná	5,66%	17.469	4,40%	2.472
Santa Catarina	3,53%	10.882	3,31%	1.859
Rio Grande do Sul	5,34%	16.490	5,94%	3.334
Mato Grosso do Sul	1,17%	3.602	1,02%	571
Mato Grosso	1,65%	5.082	0,73%	410
Goiás	3,33%	10.265	2,65%	1.489
Distrito Federal	1,87%	5.782	2,66%	1.494

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração própria.

Tabela 30 - Porcentagem de Pessoas com Ensino Superior por UF - 2016 a 2018

Unidade Federativa	Ensino Superior Público	Número de Observações	Ensino Superior Privado	Número de Observações
Rondônia	0,62%	176	0,61%	446
Acre	0,66%	187	0,22%	163
Amazonas	2,64%	748	1,05%	773
Roraima	0,45%	127	0,18%	134
Pará	3,66%	1.038	1,66%	1.218
Amapá	0,61%	173	0,30%	222
Tocantins	0,97%	275	0,55%	405
Maranhão	2,94%	835	1,08%	798
Piauí	2,18%	620	0,74%	546
Ceará	4,26%	1.209	2,34%	1.722
Rio Grande do Norte	2,76%	782	0,89%	657
Paraíba	2,98%	844	0,83%	611
Pernambuco	5,13%	1.454	3,09%	2.273
Alagoas	1,53%	434	0,65%	480
Sergipe	1,30%	369	0,67%	490
Bahia	5,18%	1.469	3,71%	2.730
Minas Gerais	7,11%	2.016	10,18%	7.486
Espírito Santo	1,74%	494	2,03%	1.494
Rio de Janeiro	11,91%	3.377	9,68%	7.116
São Paulo	16,53%	4.688	34,79%	25.585
Paraná	7,68%	2.177	5,31%	3.906
Santa Catarina	3,01%	854	4,22%	3.100
Rio Grande do Sul	4,30%	1.221	6,36%	4.680
Mato Grosso do Sul	1,67%	474	1,23%	907
Mato Grosso	2,02%	574	1,32%	967
Goiás	3,53%	1.002	3,19%	2.344
Distrito Federal	2,64%	747	3,10%	2.281

Fonte: PNAD Contínua Suplementar de Educação/IBGE. Elaboração própria.